



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Transporte e Mobilidade Urbana - SETRAM

Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos de Transporte Aquaviários, Ferroviários e

Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro

Presidência

PORTARIA AGETRANSP SEI N.º 572 DE 14 DE JULHO DE 2025

**ESTABELECE CRITÉRIOS E
PROCEDIMENTOS PARA
FORMALIZAÇÃO DE
DESCENTRALIZAÇÃO DA
EXECUÇÃO DE CRÉDITOS
ORÇAMENTÁRIOS REALIZADOS
PELA AGÊNCIA REGULADORA DE
SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS
DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS,
FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS
E DE RODOVIAS DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO - AGETRANSP.**

O CONSELHEIRO PRESIDENTE DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - AGETRANSP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 15 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução AGETRANSP n.º 16, de 07 de janeiro de 2014, e suas alterações;

CONSIDERANDO

- o disposto no Decreto Estadual n.º 42.436, de 30 de abril de 2010, que dispõe sobre a descentralização da execução de créditos orçamentários, regulamenta a Lei 5.428, de 01 de abril de 2009, e dá outras providências;
- a Portaria AGE n.º 10, de 14 de julho de 2023, que estabelece normas de organização e apresentação das prestações de contas de descentralização de créditos orçamentários no âmbito do poder executivo estadual;
- e o que consta dos autos do processo n.º SEI-100003/000535/2025.

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E DEFINIÇÕES

Art. 1º - Estabelecer os critérios e procedimentos internos para a formalização de Portaria Conjunta destinada à descentralização de crédito orçamentário com os demais órgãos e/ou entidades integrantes da Administração Pública Estadual, em consonância com o disposto no Decreto Estadual n.º 42.436, de 30 de abril de 2010.

Art. 2º - Para os efeitos desta Portaria considera-se:

I – descentralização de créditos orçamentários: a cooperação entre órgãos e entidades integrantes do Orçamento do Estado do Rio de Janeiro, visando à consecução de um objetivo que resulte no aprimoramento da ação de governo;

II – unidade concedente: órgão ou entidade responsável pela descentralização de créditos orçamentários, de sua titularidade, destinados à realização de uma ação de governo pactuada;

III - unidade técnica responsável: setor administrativo da estrutura da concedente responsável por apreciar os relatórios trimestrais e atestar o recebimento do serviço realizado pela executante na prestação de contas final;

IV - unidade executante: órgão ou entidade investida do poder de executar os créditos orçamentários descentralizados para realização de uma ação de governo pactuada;

V – objeto: produto do instrumento, observados o programa de trabalho e as suas finalidades;

VI – meta: parcela quantificável do objeto descrita no plano de trabalho;

VII – plano de trabalho: peça processual integrante da Portaria Conjunta, que evidencia a descrição do objeto, a justificativa, os cronogramas de desembolso e físico e financeiro, o plano de aplicação consolidado, bem como as informações da unidade concedente e executante e dos seus representantes;

VIII – nota de movimentação de crédito (NC): instrumento que registra os eventos vinculados à descentralização de créditos orçamentários;

IX – relatório trimestral: documento apresentado pela unidade executante para comprovar em até 30 (dias) após o fim de cada trimestre, de forma parcial, a execução do objeto pactuado e a aplicação dos créditos orçamentários descentralizados e dos recursos financeiros repassados;

X – Prestação de contas final de descentralização: processo instruído pela unidade executante após o término da Resolução Conjunta, cuja finalidade é comprovar no prazo de até 60 ou 180 dias, conforme o que prevê a legislação pertinente, a execução do objeto pactuado e a aplicação dos créditos orçamentários descentralizados e dos recursos financeiros repassados.

Art. 3º- A descentralização de créditos de que trata esta Portaria atenderá a execução da descrição da ação orçamentária prevista no programa de trabalho e terá as seguintes finalidades:

I - execução de programas, de projetos e de atividades de interesse recíproco, em regime de colaboração mútua;

II - execução de atividades específicas pela unidade executante em benefício da unidade concedente; e

III – disposições legais específicas.

CAPÍTULO II

DA FORMALIZAÇÃO DA DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO

Art. 4º - O processo para a formalização da Descentralização de Crédito Orçamentário será

iniciado com a formalização da demanda pela unidade técnica responsável ou unidade técnica correlacionada ao objeto da descentralização, devidamente justificada e instruída com minuta de portaria conjunta, na forma prevista no Decreto Estadual nº 42.436, de 30 de abril de 2010.

Parágrafo único. Caberá à Presidência indicar em cada processo de Portaria de descentralização o setor da Agência que ficará responsável como unidade técnica, nos casos em que o processo não for formalizado a partir de uma unidade da AGETRANSP.

Art. 5º - A cooperação prevista na minuta de portaria conjunta, dependendo do objeto, fonte de recurso e valor envolvido, poderá conter sua programação detalhada em Plano de Trabalho que, uma vez aprovado pelos partícipes, será considerado parte integrante do ato formal, sem necessidade de transcrição.

Parágrafo único. A ausência de Plano de Trabalho deverá ser justificada pela unidade técnica responsável.

Art. 6º - O processo deverá ainda ser instruído com os seguintes documentos:

I – manifestação da Superintendência Orçamentária e Financeira - SUPFIN comprovando a disponibilidade orçamentária;

II – declaração do Ordenador de Despesa atestando a compatibilidade do objeto com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual;

III – parecer da Procuradoria Geral da Agência; e

IV – nota técnica da Assessoria de Controle Interno.

CAPÍTULO III

DO ACOMPANHAMENTO

Art. 7º - Compete à unidade técnica responsável ou correlacionada acompanhar e supervisionar a execução da Portaria Conjunta, para avaliar a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto, com base no Relatório Trimestral apresentado pela unidade executante, conforme Portaria AGE nº 10, de 14 de julho de 2023.

§1º. A partir de 30 (trinta) dias do término de cada trimestre de execução, os repasses seguintes a esse período somente serão concedidos, conforme o cronograma do plano de trabalho, após a Unidade Executante comprovar a utilização total dos recursos descentralizados referente ao trimestre anterior, a exceção do último período de execução, o qual seguirá os ditames estabelecidos no art. 10, §1º desta Portaria.

§2º. Ao identificar necessidade de devolução de saldo que não será utilizado e, quando couber, verificar a necessidade de bloqueio de liberação de novas parcelas de descentralização, a Unidade Técnica responsável deverá encaminhar, por meio do processo SEI-RJ, à Unidade Executante, uma solicitação de devolução desse saldo e comunicar à SUPFIN os valores a serem bloqueados nas próximas parcelas.

§3º. A unidade técnica responsável deverá acompanhar os prazos de vigência da Portaria Conjunta, bem como os estipulados para a apresentação de Relatórios Trimestrais, adotando medidas tempestivas ao seu atendimento.

Art. 8º - Na hipótese de verificação de indícios de irregularidades durante a execução do objeto, a unidade técnica responsável, de forma fundamentada, recomendará a Autoridade Máxima da Agência a notificação da unidade ou órgão executante para apresentar as justificativas no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º. O prazo previsto no caput poderá ser prorrogado uma vez, por igual período.

§ 2º. A notificação será elaborada e expedida pela Secretaria Executiva.

§ 3º. Cabe à unidade técnica responsável se manifestar sobre as justificativas apresentadas pela unidade executante, recomendando à Autoridade Máxima, de forma fundamentada, a suspensão ou manutenção da execução do objeto.

§ 4º. Em caso de perigo ou risco iminente de lesão ao interesse público, ou à segurança de bens, pessoas e serviços, a Administração Pública poderá, motivadamente, adotar providências acauteladoras, observadas as seguintes regras:

I - a implementação da medida será precedida de intimação do interessado direto para se manifestar, em prazo não inferior a 48 (quarenta e oito) horas;

II - a intimação poderá ser dispensada quando:

a) o interessado for desconhecido ou estiver em local incerto e não sabido; ou

b) o decurso do prazo puder causar danos irreversíveis ou de difícil reparação.

CAPÍTULO IV

DA REVOGAÇÃO DA PORTARIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 9º - São motivos para revogação da Portaria Conjunta:

I - o descumprimento do Plano de Trabalho ou cláusulas pactuadas;

II - a constatação, a qualquer tempo, de irregularidades em sua execução;

III - a verificação de circunstâncias que ensejem a instauração de tomada de contas; ou

IV - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior que, mediante comprovação, impeça a execução do objeto.

§ 1º. Constatado algum motivo previsto nos incisos anteriores, eventual revogação de Portaria Conjunta deverá ser precedida das prescrições atinentes à instauração do contraditório asseguradas no Artigo 8º.

§ 2º. Eventual revogação da Portaria Conjunta dependerá ainda da anuência das mesmas Autoridades responsáveis por sua celebração e, caso haja impossibilidade de revogação conjunta, a AGETRANSP providenciará sua interrupção, com a devida notificação do órgão executante.

Art. 10 - Nas hipóteses de revogação da Portaria Conjunta, os créditos orçamentários e os recursos financeiros transferidos e não executados no objeto serão devolvidos dentro do exercício financeiro, observado o encerramento do expediente bancário do exercício.

§ 1º. Quando tiver ocorrido execução orçamentária e financeira, a Agência solicitará que a unidade executora apresente prestação de contas final de descentralização, nos mesmos prazos estabelecidos no art. 4º e no art. 7º da Portaria AGE nº 10, de 14 de julho de 2023.

§ 2º. Na situação em que a prestação de contas final de descentralização não for apresentada, esgotadas as medidas administrativas cabíveis, a AGETRANSP solicitará a instauração imediata da tomada de contas para apurar os responsáveis e eventuais danos ao erário, observadas as legislações vigentes aplicáveis na hipótese.

Art. 11 - A unidade executora deverá apresentar à Agência, nos prazos estabelecidos na Portaria AGE nº 10, de 14 de julho de 2023, os seguintes documentos:

I – Relatórios Trimestrais, Modelo I da Portaria AGE nº 10, de 14 de julho de 2023 (Relatório de Execução Físico-Financeira), respeitando a seguinte ordem:

- a) Presidência (recebimento e encaminhamento à unidade técnica responsável);
- b) SUPFIN (para fins de checagem da execução orçamentária e financeira);
- c) Unidade técnica responsável (para ciência); e
- d) Presidência (devolução do processo à unidade executante).

II - Prestação de contas final de descentralização, na forma do art. 4º da Portaria AGE nº 10, de 14 de julho de 2023, observando a seguinte tramitação:

- a) Presidência (recebimento e encaminhamento à unidade técnica responsável);
- b) Unidade técnica responsável (para fins de atestação da execução do objeto da portaria);
- c) Auditoria de Controle Interno (para análise e emissão do Relatório Setorial de Auditoria); e
- d) Presidência (para manifestação do Ordenador de Despesa e devolução do processo à executante);

Art. 12 - A análise da prestação de contas final de descentralização abrangerá a verificação dos resultados atingidos e o cumprimento do objeto pactuado, e resultará em manifestação a ser encaminhada, por meio de ofício, ao ordenador de despesa da executante e deverá ocorrer dentro dos prazos estabelecidos no art. 5º da Portaria AGE nº 10, de 14 de julho de 2023, bem como outras normas aplicáveis na hipótese.

Parágrafo único - Caberá à unidade técnica responsável, no processo de prestação de contas final, atestar o cumprimento do objeto pactuado na Portaria Conjunta firmada.

Art. 13 - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 14 de Julho de 2025.

Adolpho Konder

Conselheiro-Presidente

AGETRANSP



Documento assinado eletronicamente por **Adolpho Konder, Conselheiro Presidente**, em 16/07/2025, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **104474637** e o código CRC **4EA91792**.

Art. 10- A Prevenção de Acidentes Operacionais deve ser um compromisso contínuo da Concessionária, intensificando-se ainda mais nas respectivas áreas de operação e manutenção.

Parágrafo Único - A Prevenção de Acidentes Operacionais é obrigação de todos os colaboradores da Concessionária e Permissionária, bem como dos seus terceirizados, prestadores de serviços e fornecedores.

Art. 11 - A Prevenção de Acidentes é responsabilidade da Concessionária e Permissionária, que deve manter um contínuo Programa de Prevenção de Acidentes Operacionais, com a finalidade de evitar lesões corporais, perdas de vida, danos materiais, danos ambientais ou interrupção das operações comerciais de transporte em uma linha, ramal ou terminal.

Parágrafo Único - A Concessionária deverá nomear uma Comissão responsável pela elaboração e acompanhamento do Programa de Prevenção de Acidentes Operacionais, a qual deverá incluir representantes das áreas de operação, manutenção, engenharia e recursos humanos, além do coordenador da Comissão de Investigação de Acidente Operacional da Concessionária.

Art. 12 - A equipe responsável pela elaboração e acompanhamento do Programa de Prevenção de Acidentes Operacionais deverá estar vinculada diretamente ao Presidente da Concessionária.

Art. 13 - O Programa de Prevenção de Acidentes Operacionais deverá ser encaminhado pela Concessionária à AGETRANSF até o último dia útil do mês de janeiro de cada ano, para fins de homologação e registro.

§ 1º - O Programa de Prevenção de Acidentes Operacionais deverá ter periodicidade anual, coincidindo com o ano civil.

§ 2º - A execução do Programa de Prevenção de Acidentes Operacionais deverá ser objeto de Relatório Anual, a ser encaminhado à Agência para fins de fiscalização e registro até o término do mês de fevereiro do ano subsequente.

Art. 14 - A CATRA, em até 30 (trinta) dias contados do recebimento do Programa de Prevenção de Acidentes Operacionais na Agência, deverá apresentar manifestação final e conclusiva ao CODIR para, em reunião interna, proceder à homologação final do Programa de Prevenção de Acidentes Operacionais, a qual deverá ocorrer no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 15 - O Programa de Prevenção de Acidentes Operacionais deverá contemplar, no mínimo, os seguintes itens:

I - Dados Gerais:

- a) Índice e referência dos documentos utilizados;
- b) Período de vigência de acordo com o previsto nesta Resolução;
- c) Representação da Estrutura do Sistema de Prevenção e Investigação de Acidentes Operacionais da Concessionária;
- d) Série histórica de Acidentes Operacionais no último quinquênio;
- e) Situação geral (frota, número de viagens comerciais previstas por Ramal ou Linha / dia útil, número de passageiros transportados por Linha e Sistema / dia útil (recorde anual));
- f) Outras informações julgadas importantes para caracterização e visualização do contexto.

II - Subprogramas de Prevenção de Acidentes Operacionais, podendo incluir:

- a) Treinamento e Capacitação;
- b) Manutenção Preventiva;
- c) Análise de acidentes;
- d) Comunicação e Conscientização;
- e) Procedimentos e Normas;
- f) Gerenciamento de Riscos;
- g) Simulações e Treinamentos práticos.

III - Ações programadas para cada subprograma com as respectivas abrangências e periodicidade:

- a) Ações educativas;
- b) Ações de Promoção (Campanhas);
- c) Ações de Controle de Qualidade;
- d) Ações de Vistorias de Segurança;
- e) Ações de identificação de atitudes não conformes;
- f) Ações de Reciclagem de Procedimentos Operacionais;
- g) Ações de prevenção quanto ao uso de drogas lícitas e ilícitas;
- h) Composição da Comissão de Prevenção de Acidentes da Concessionária, na forma do parágrafo único do Art. 11, apresentando nominalmente seus membros;
- i) Composição da Comissão de Investigação de Acidente Operacional da Concessionária;
- j) Outros itens considerados de interesse da Concessionária.

Art. 16 A fiscalização da execução do Programa de Prevenção de Acidentes Operacionais ocorrerá das seguintes formas:

I - Comparação entre o previsto no Programa e o citado como executado no Relatório Anual;

II - Auditoria de documentação comprobatória da execução de itens previstos no Programa.

Art. 17 - Todos os Acidentes Operacionais deverão ser objeto de análise pela Comissão de Investigação de Acidente Operacional da Concessionária.

Art. 18 - A Comissão de Investigação de Acidente Operacional da Concessionária deverá ser constituída por, no mínimo, 3 (três) Técnicos da Concessionária, com experiência em Investigação de Acidentes, Segurança do Tráfego, Operação e Manutenção.

Art. 19 - O processo de investigação de um acidente operacional deverá abranger, de forma detalhada, no mínimo os seguintes itens, conforme o contexto do acidente operacional, os quais deverão ser substanciados no Relatório Final de Apuração do Acidente:

- I. Fatores contribuintes do acidente;
- II. Número de vítimas diretamente envolvidas no acidente, com os respectivos níveis de lesões sofridas;
- III. Cópia dos Registros da Autoridade Policial;
- IV. Circunstâncias e seqüências do evento, incluindo ações e mobilizações internas e externas efetuadas, com a cronologia, ainda que estimada, do momento do acidente até a volta às condições de normalidade operacional;
- V. Relação dos danos materiais e ambientais ocorridos;
- VI. Todas as providências tomadas para atendimento e mitigação das consequências negativas para os usuários do sistema;
- VII. Capacitação profissional do Condutor ou outro profissional envolvido diretamente no acidente;
- VIII. Laudo final do último exame médico ocupacional dos profissionais envolvidos diretamente no acidente;
- IX. Carga horária diária de trabalho cumprida nos últimos sete dias (incluindo a data da ocorrência) dos profissionais envolvidos diretamente no acidente;
- X. Comprovação das 03 (três) últimas manutenções preventivas realizadas nos meios, sistemas, instalações e equipamentos envolvidos diretamente no acidente;
- XI. Comprovação das manutenções corretivas ocorridas nos meios, sistemas, instalações e equipamentos envolvidos diretamente no acidente;

- XII. Comprovante do atendimento aos procedimentos para desembarque de passageiros no trecho entre estações, ou transbordo para outras embarcações, podendo ser feito por meio de foto/vídeo, relato e/ou documento aplicável ao caso;
- XIII. Comprovante do acionamento do Plano de Contingência da Concessionária;
- XIV. Comprovante do acionamento do Plano Integrado de Contingência - Resolução nº 18, podendo ser realizado através do Relatório de Acidente que mencione o referido acionamento;
- XV. Informações relacionadas ao evento em análises constantes de Registradores de Eventos existentes;
- XVI. Disponibilização de fotos relacionadas ao evento, sem identificação das pessoas envolvidas, conforme a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Para acesso às filmagens, será necessária solicitação de visualização in loco na Concessionária ou forma segura determinada pela AGETRANSF, em conformidade com a precitada lei;
- XVII. Gravações de voz das comunicações com o CCO, relacionadas ao evento em análise;
- XVIII. Depoimentos de todo o pessoal envolvido, direta e indiretamente, no acidente;
- XIX. Testes e simulações realizadas;
- XX. Medições e cálculos realizados;
- XXI. Laudos técnicos complementares, a serem emitidos por especialistas, quando aplicável;
- XXII. Outras informações referentes às diversas fases da investigação das causas e da resolução do acidente;
- XXIII. Conclusões;
- XXIV. Recomendações para a prevenção de acidentes semelhantes.

Art. 20 - No caso de a Concessionária não enviar um ou mais itens listados no Art. 19º, deverá informar e justificar a ausência dos mesmos.

Art. 21 - A Concessionária deverá encaminhar o Relatório Final de Investigação do Acidente à AGETRANSF, tão logo concluído o processo de investigação ou no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar do primeiro dia útil posterior ao acidente.

Parágrafo Único - A Concessionária poderá solicitar a prorrogação do prazo estabelecido pela Agência, que será avaliada pelo Conselho Relator do processo Regulatório ou pelo Conselho Presidente, quando da não inauguração de processo regulatório.

Art. 22 - Para fins desta Resolução, estabelece-se as seguintes conceituações específicas para o sistema ferroviário, que possuem caráter orientativo, compondo um rol enunciativo de definições:

I. Acidente Operacional: Evento não planejado ou indesejado, durante a operação ferroviária, em que houver evidência de contribuição ativa dos meios, sistemas e equipamentos da Concessionária e que tenha como consequência danos significativos a pessoas, materiais e/ou meio ambiente;

II. Danos Significativos: São considerados significativos quando envolvem ao menos uma das seguintes situações:

- a) Vítimas Graves:
 - i) Óbito de pessoa decorrente do acidente (acidente fatal);
 - ii) Com lesões decorrentes do acidente, classificada como grave por órgão competente.
- b) Degradação da qualidade ambiental ou poluição, em consequência do evento gerador, nos termos da legislação aplicável;
- c) Dano material, consequente do evento gerador, em valores superiores a R\$ 2.220.000 (dois milhões e duzentos e vinte mil reais);
- d) O valor de que trata o item "c" será atualizado em caso de alteração em algum normativo externo ou mediante alguma identificação de necessidade pela SuperVia;
- e) Interrupção da circulação em razão de danos estruturais nos sistemas ou instalações ocasionados pela ação de trens em operação;
- f) Fechamento de setor: Define-se fechamento de um setor quando não for possível manter a viagem completa entre terminais sem intervenção de outro modal;
- g) Colisão/Choque: Eventos de colisão ou choque de veículos ferroviários serão considerados acidentes, independentemente dos danos causados.

Art. 23 - Para fins desta Resolução, estabelece-se as seguintes conceituações específicas para o sistema metroviário, que possuem caráter orientativo, compondo um rol enunciativo de definições:

I. Serviço Provisório (SP): Operação especial implementada para manter a circulação de trens em trechos não afetados por interrupções, transformando certas estações em terminais temporários;

II. Estação Terminal Provisória: Estação que, sob o SP, opera como terminal para trens, permitindo a evacuação segura de clientes e a manobra necessária para a continuidade do serviço operacional;

III. Evacuação de usuários durante o SP: Desembarque de passageiros em estações terminais provisórias, realizado como parte do procedimento operacional do SP;

IV. Área Controlada: Às áreas das estações metroviárias que são acessíveis somente após o pagamento da tarifa e/ou passagem pela linha de bloqueio (torniquetes). Inclui mezaninos, escadas, plataformas, corredor de serviço, salas técnicas e vias;

V. Área Não Controlada: Espaços públicos das estações metroviárias destinados ao acesso ao sistema ou à circulação de pessoas por diversos motivos. Estas áreas precedem as linhas de bloqueio e são acessíveis sem a necessidade de pagamento de tarifa. Incluem acessos, escadas, bilheterias, lojas comerciais e outras facilidades disponíveis para o público geral.

Art. 24 - O não cumprimento do prazo concedido sujeitará a concessionária às seguintes penalidades:

I. advertência, a fim de sanar a irregularidade no prazo de 30 (trinta) dias da devida notificação;

II. pena de multa, no valor de até 39.672 (trinta e nove mil seiscentos e setenta e dois) UFIR-RJ (Unidades Fiscais de Referência).

§ 1º - Em caso de reincidência, o valor da penalidade monetária constante do inciso II será duplicado.

§ 2º - O valor de referência da UFIR-RJ para efeitos de elaboração do Auto de Infração, será aquele em vigor no momento do descumprimento apurado.

Art. 25 - Os casos omissos e eventuais dúvidas decorrentes da aplicação desta Resolução serão dirimidas pelo Conselho Diretor - CODIR.

Art. 26 - Para a implantação do Sistema de Prevenção e Investigação de Acidentes Operacionais, o Programa de Prevenção de Acidentes Operacionais deverá ser encaminhado pelas Concessionárias à AGETRANSF até 90 (noventa) dias após a publicação da presente Resolução, abrangendo, inicialmente, o período restante do ano em curso.

Art. 27 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, xx de xx de 2025.

Adolpho Konder
Conselheiro-Presidente

Charles Batista
Conselheiro

Fernando Moraes
Conselheiro

Murilo Leal
Conselheiro

Vicente Loureiro
Conselheiro

Id: 2663151

**AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS,
FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

ATO DO CONSELHEIRO-PRESIDENTE

PORTARIA AGETRANSF Nº 572 DE 14 DE JULHO DE 2025

ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA FORMALIZAÇÃO DE DESCENTRALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS REALIZADOS PELA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - AGETRANSF.

O CONSELHEIRO PRESIDENTE DA AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS, METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - AGETRANSF, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 15 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução AGETRANSF n.º 16, de 07 de janeiro de 2014, e suas alterações;

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual n.º 42.436, de 30 de abril de 2010, que dispõe sobre a descentralização da execução de créditos orçamentários, regulamenta a Lei 5.428, de 01 de abril de 2009, e dá outras providências;

- a Portaria AGE n.º 10, de 14 de julho de 2023, que estabelece normas de organização e apresentação das prestações de contas de descentralização de créditos orçamentários no âmbito do poder executivo estadual;

- e o que consta dos autos do processo n.º SEI-100003/000535/2025.

RESOLVE:

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E DEFINIÇÕES**

Art. 1º - Estabelecer os critérios e procedimentos internos para a formalização de Portaria Conjunta destinada à descentralização de crédito orçamentário com os demais órgãos e/ou entidades integrantes da Administração Pública Estadual, em consonância com o disposto no Decreto Estadual n.º 42.436, de 30 de abril de 2010.

Art. 2º - Para os efeitos desta Portaria considera-se:

- I** - descentralização de créditos orçamentários: a cooperação entre órgãos e entidades integrantes do Orçamento do Estado do Rio de Janeiro, visando à consecução de um objetivo que resulte no aprimoramento da ação de governo;
- II** - unidade concedente: órgão ou entidade responsável pela descentralização de créditos orçamentários, de sua titularidade, destinados à realização de uma ação de governo pactuada;
- III** - unidade técnica responsável: setor administrativo da estrutura da concedente responsável por apreciar os relatórios trimestrais e atestar o recebimento do serviço realizado pela executante na prestação de contas final;
- IV** - unidade executante: órgão ou entidade investida do poder de executar os créditos orçamentários descentralizados para realização de uma ação de governo pactuada;
- V** - objeto: produto do instrumento, observados o programa de trabalho e as suas finalidades;
- VI** - meta: parcela quantificável do objeto descrita no plano de trabalho;
- VII** - plano de trabalho: peça processual integrante da Portaria Conjunta, que evidencia a descrição do objeto, a justificativa, os cronogramas de desembolso e físico e financeiro, o plano de aplicação consolidado, bem como as informações da unidade concedente e executante e dos seus representantes;
- VIII** - nota de movimentação de crédito (NC): instrumento que registra os eventos vinculados à descentralização de créditos orçamentários;
- IX** - relatório trimestral: documento apresentado pela unidade executante para comprovar em até 30 (dias) após o fim de cada trimestre, de forma parcial, a execução do objeto pactuado e a aplicação dos créditos orçamentários descentralizados e dos recursos financeiros repassados;
- X** - Prestação de contas final de descentralização: processo instruído pela unidade executante após o término da Resolução Conjunta, cuja finalidade é comprovar no prazo de até 60 ou 180 dias, conforme o que prevê a legislação pertinente, a execução do objeto pactuado e a aplicação dos créditos orçamentários descentralizados e dos recursos financeiros repassados.

Art. 3º- A descentralização de créditos de que trata esta Portaria atenderá a execução da descrição da ação orçamentária prevista no programa de trabalho e terá as seguintes finalidades:

- I** - execução de programas, de projetos e de atividades de interesse recíproco, em regime de colaboração mútua;
- II** - execução de atividades específicas pela unidade executante em benefício da unidade concedente; e
- III** - disposições legais específicas.

**CAPÍTULO II
DA FORMALIZAÇÃO DA DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO**

Art. 4º - O processo para a formalização da Descentralização de Crédito Orçamentário será iniciado com a formalização da demanda pela unidade técnica responsável ou unidade técnica correlacionada ao objeto da descentralização, devidamente justificada e instruída com minuta de portaria conjunta, na forma prevista no Decreto Estadual nº 42.436, de 30 de abril de 2010.

Parágrafo único. Caberá à Presidência indicar em cada processo de Portaria de descentralização o setor da Agência que ficará responsável como unidade técnica, nos casos em que o processo não for formalizado a partir de uma unidade da AGETRANSF.

Art. 5º - A cooperação prevista na minuta de portaria conjunta, dependendo do objeto, fonte de recurso e valor envolvido, poderá conter sua programação detalhada em Plano de Trabalho que, uma vez aprovado pelos participantes, será considerado parte integrante do ato formal, sem necessidade de transcrição.

Parágrafo único. A ausência de Plano de Trabalho deverá ser justificada pela unidade técnica responsável.

Art. 6º - O processo deverá ainda ser instruído com os seguintes documentos:

- I** - manifestação da Superintendência Orçamentária e Financeira - SUPFIN comprovando a disponibilidade orçamentária;
- II** - declaração do Ordenador de Despesa atestando a compatibilidade do objeto com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual;
- III** - parecer da Procuradoria Geral da Agência; e
- IV** - nota técnica da Assessoria de Controle Interno.

CAPÍTULO III DO ACOMPANHAMENTO	
Art. 7º - Compete à unidade técnica responsável ou correlacionada acompanhar e supervisionar a execução da Portaria Conjunta, para avaliar a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto, com base no Relatório Trimestral apresentado pela unidade executante, conforme Portaria AGE nº 10, de 14 de julho de 2023.	
§ 1º - A partir de 30 (trinta) dias do término de cada trimestre de execução, os repasses seguintes a esse período somente serão concedidos, conforme o cronograma do plano de trabalho, após a Unidade Executante comprovar a utilização total dos recursos descentralizados referente ao trimestre anterior, a execução do último período de execução, o qual seguirá os ditames estabelecidos no art. 10, §1º desta Portaria.	
§ 2º - Ao identificar necessidade de devolução de saldo que não será utilizado e, quando couber, verificar a necessidade de bloqueio de liberação de novas parcelas de descentralização, a Unidade Técnica responsável deverá encaminhar, por meio do processo SEI-RJ, à Unidade Executante, uma solicitação de devolução desse saldo e comunicar à SUPFIN os valores a serem bloqueados nas próximas parcelas.	
§3º - A unidade técnica responsável deverá acompanhar os prazos de vigência da Portaria Conjunta, bem como os estipulados para a apresentação de Relatórios Trimestrais, adotando medidas tempestivas ao seu atendimento.	
Art. 8º - Na hipótese de verificação de indícios de irregularidades durante a execução do objeto, a unidade técnica responsável, de forma fundamentada, recomendará a Autoridade Máxima da Agência a notificação da unidade ou órgão executante para apresentar as justificativas no prazo de 30 (trinta) dias.	
§ 1º - O prazo previsto no caput poderá ser prorrogado uma vez, por igual período.	
§ 2º - A notificação será elaborada e expedida pela Secretaria Executiva.	
§ 3º - Cabe à unidade técnica responsável se manifestar sobre as justificativas apresentadas pela unidade executante, recomendando à Autoridade Máxima, de forma fundamentada, a suspensão ou manutenção da execução do objeto.	
§4º - Em caso de perigo ou risco iminente de lesão ao interesse público, ou à segurança de bens, pessoas e serviços, a Administração Pública poderá, motivadamente, adotar providências acauteladoras, observadas as seguintes regras:	
I - a implementação da medida será precedida de intimação do interessado direto para se manifestar, em prazo não inferior a 48 (quarenta e oito) horas; II - a intimação poderá ser dispensada quando: a) o interessado for desconhecido ou estiver em local incerto e não sabido; ou b) o decurso do prazo puder causar danos irreversíveis ou de difícil reparação.	
CAPÍTULO IV DA REVOGAÇÃO DA PORTARIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS	
Art. 9º - São motivos para revogação da Portaria Conjunta: I - o descumprimento do Plano de Trabalho ou cláusulas pactuadas; II - a constatação, a qualquer tempo, de irregularidades em sua execução; III - a verificação de circunstâncias que ensejem a instauração de tomada de contas; ou IV - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior que, mediante comprovação, impeça a execução do objeto.	
§ 1º - Constatado algum motivo previsto nos incisos anteriores, eventual revogação de Portaria Conjunta deverá ser precedida das prescrições atinentes à instauração do contraditório asseguradas no Artigo 8º.	
§ 2º - Eventual revogação da Portaria Conjunta dependerá ainda da anuência das mesmas Autoridades responsáveis por sua celebração e, caso haja impossibilidade de revogação conjunta, a AGETRANSP providenciará sua interrupção, com a devida notificação do órgão executante.	
Art. 10 - Nas hipóteses de revogação da Portaria Conjunta, os créditos orçamentários e os recursos financeiros transferidos e não executados no objeto serão devolvidos dentro do exercício financeiro, observado o encerramento do expediente bancário do exercício.	
§ 1º - Quando tiver ocorrido execução orçamentária e financeira, a Agência solicitará que a unidade executora apresente prestação de contas final de descentralização, nos mesmos prazos estabelecidos no art. 4º e no art. 7º da Portaria AGE nº 10, de 14 de julho de 2023.	
§ 2º - Na situação em que a prestação de contas final de descentralização não for apresentada, esgotadas as medidas administrativas cabíveis, a AGETRANSP solicitará a instauração imediata da tomada de contas para apurar os responsáveis e eventuais danos ao erário, observadas as legislações vigentes aplicáveis na hipótese.	
Art. 11 - A unidade executora deverá apresentar à Agência, nos prazos estabelecidos na Portaria AGE nº 10, de 14 de julho de 2023, os seguintes documentos:	
I - Relatórios Trimestrais, Modelo I da Portaria AGE nº 10, de 14 de julho de 2023 (Relatório de Execução Físico-Financeira), respeitando a seguinte ordem: a) Presidência (recebimento e encaminhamento à unidade técnica responsável); b) SUPFIN (para fins de checagem da execução orçamentária e financeira); c) Unidade técnica responsável (para ciência); e d) Presidência (devolução do processo à unidade executante).	
II - Prestação de contas final de descentralização, na forma do art. 4º da Portaria AGE nº 10, de 14 de julho de 2023, observando a seguinte tramitação: a) Presidência (recebimento e encaminhamento à unidade técnica responsável); b) Unidade técnica responsável (para fins de atestação da execução do objeto da portaria); c) Auditoria de Controle Interno (para análise e emissão do Relatório Setorial de Auditoria); e d) Presidência (para manifestação do Ordenador de Despesa e devolução do processo à executante);	
Art. 12 - A análise da prestação de contas final de descentralização abrangerá a verificação dos resultados atingidos e o cumprimento do objeto pactuado, e resultará em manifestação a ser encaminhada, por meio de ofício, ao ordenador de despesa da executante e deverá ocorrer dentro dos prazos estabelecidos no art. 5º da Portaria AGE nº 10, de 14 de julho de 2023, bem como outras normas aplicáveis na hipótese.	
Parágrafo Único - Caberá à unidade técnica responsável, no processo de prestação de contas final, atestar o cumprimento do objeto pactuado na Portaria Conjunta firmada.	
Art. 13 - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.	
Rio de Janeiro, 14 de julho de 2025	
Adolpho Konder Conselheiro-Presidente AGETRANSP	
Id: 2663156	

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade	
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	
ATO DO SECRETÁRIO	
RESOLUÇÃO SEAS Nº 227 DE 18 DE JULHO DE 2025	
CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL PARA SELEÇÃO DE STARTUPS NO ÂMBITO DO PROGRAMA BLUE RIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
O SECRETÁRIO DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Complementar Federal - LC nº 182/2021 e tendo em vista o que consta no processo SEI-070001/001383/2025,	
RESOLVE:	
Art. 1º - Constituir Comissão Especial para a seleção de Startups, cujo objetivo é selecionar propostas de soluções tecnológicas inovadoras para os desafios estratégicos apresentados pela SEAS, nos termos do Edital do Chamamento Público, no âmbito do "Programa Blue Rio II".	
Art. 2º - A Comissão Especial de Seleção, que procederá a avaliação das propostas apresentadas, de acordo com os requisitos previstos na Lei Complementar Federal - LC nº 182/2021, será constituída pelos servidores indicados abaixo, sob a presidência do primeiro: Moema Versiani Acselrad, Id funcional n.º 3299198-3; Helena Marquini Zuntini Pinto , Id funcional n.º 51492431; Alex Leão da Fonseca, Id funcional n.º 51387018; André Leone Riguetti, CPF: 069.200.237-50; Leonardo de Alencar Costa, CPF: 027.780.563-51.	
Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação	
Rio de Janeiro, 18 de julho de 2025	
BERNARDO CHIM ROSSI Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade	
Id: 2663454	
ADMINISTRAÇÃO VINCULADA	
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE	
ATO DO PRESIDENTE	
PORTARIA INEA/PRES Nº 1415 DE 16 DE JULHO DE 2025	
DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES DE COORDENADORA GERAL DE CONVÊNIOS CONFORME DETERMINA O DECRETO Nº 44.879, DE 15 DE JULHO DE 2014 E SUAS ALTERAÇÕES.	
O PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, no uso das atribuições previstas na Lei 5.101 de 04 de outubro de 2007, no Decreto Estadual nº 48.690, de 14 de setembro de 2023,	
CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº SEI-070002/008491/2025,	
RESOLVE:	
Art. 1º - Designar a servidora Luiza Alvares Augusto, ID 42184703, para o exercício das atribuições de Coordenadora Geral de Convênios do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, relacionados aos convênios e instrumentos congêneres decorrentes da EMENDAS Nº 1359, Nº 1371, Nº 1372 e Nº 1373 IMPOSITIVAS MODIFICATIVAS, conforme preceitos estabelecidos pelo artigo 20, incisos e demais dispositivos de pertinência da citada função, disciplinados pelo Decreto Estadual nº 44.879/2014 e suas alterações.	
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.	
Rio de Janeiro, 16 de julho de 2025	
RENATO JORDÃO BUSSIERE Presidente	
Id: 2663270	
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE	
ATO DO PRESIDENTE	
PORTARIA INEA/PRES Nº 1419 DE 16 DE JULHO DE 2025	
DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA O EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES DE GERENTE EXECUTIVO TITULAR E SUPLENTE DE CONVÊNIOS CONFORME DETERMINA O DECRETO Nº 44.879, DE 15 DE JULHO DE 2014 E SUAS ALTERAÇÕES.	
O PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, no uso das atribuições previstas na Lei 5.101 de 04 de outubro de 2007, no Decreto Estadual nº 48.690, de 14 de setembro de 2023, e	
CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº SEI-070002/008491/2025,	
RESOLVE:	
Art. 1º - Designar os servidores Andre Pontes de Andrade Costa, ID 44426615, para o exercício das atribuições de Gerente Executivo Titular de Convênios, e Hugo Nascimento Soares da Silva, ID 51179148, para o exercício das atribuições de Gerente Executivo Suplente de Convênios, do Instituto Estadual do Ambiente INEA, relacionados aos convênios e instrumentos congêneres decorrentes da EMENDA Nº1373 IMPOSITIVA MODIFICATIVA, conforme preceitos estabelecido pelo artigo 21, incisos e demais dispositivos de pertinência da citada função, disciplinados pelo Decreto Estadual nº 44.879/2014 e suas alterações.	
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.	
Rio de Janeiro, 16 de julho de 2025	
RENATO JORDÃO BUSSIERE Presidente	
Id: 2663272	
INSTITUTO ESTADUAL DE AMBIENTE	
ATO DO PRESIDENTE	
PORTARIA INEA/PRES Nº 1424 DE 17 DE JULHO DE 2025	
DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE SERVIDOR DESIGNADO COMO SUPLENTE PARA O EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES DE GERENTE EXECUTIVO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 24/2024 QUE ENTRE SI CELEBRAM INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS-IBAMA E O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE-INEA.	
O PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, no uso das atribuições previstas na Lei 5.101 de 04 de outubro de 2007 e no Decreto Estadual nº 48.690, de 14 de setembro de 2023, e	

CONSIDERANDO o constante dos autos dos processos nºs SEI-070002/010327/2022 e SEI-070002/000939/2021	
RESOLVE:	
Art. 1º - Substituir a servidora Andrea Yuri Takitani Miguel de Azevedo, ID. 4461092, nomeada como suplente do Acordo de Cooperação Técnica nº 24/2024, pelo servidor Marco Pinheiro Gonçalves, ID 5156283-9.	
Art. 2º - Manter o servidor Cleber Ferreira Graça Filho, ID. 5136546-4 no exercício das atribuições de Gerente Executivo do Acordo de Cooperação Técnica nº 24/2024, tendo como objeto a execução da gestão compartilhada do Centro de Triagem de Animais Silvestres do Ibama no Estado do Rio de Janeiro (Cetas-Seropédica/RJ), por meio de apoio técnico e operacional ao referido Centro, e das Áreas de Soltura de Animais Silvestres (ASAS) no estado do Rio de Janeiro, incluindo a manutenção das estruturas e de pessoal, com vistas ao recebimento, à identificação, à marcação, à triagem, à avaliação, à recuperação, à reabilitação e à desnação de animais silvestres oriundos de ações de fiscalização, estaduais e federais, de recolhimento e de entrega voluntária, incluindo, ainda, a realização de atividades de capacitação e de educação ambiental.	
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria INEA PRES Nº 1339, de 01 de agosto de 2024.	
Rio de Janeiro, 17 de julho de 2025	
RENATO JORDÃO BUSSIERE Presidente	
Id: 2663479	
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE	
ATO DO PRESIDENTE	
PORTARIA INEA/PRES Nº 1.425 DE 17 DE JULHO DE 2025	
ATUALIZA A COMISSÃO PERMANENTE DE REVISÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS (PCCV).	
O PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, no uso das atribuições, previstas na Lei 5.101, de 04 de outubro de 2007, no Decreto Estadual 48.690, de 14 de setembro de 2023, e conforme ciência do Conselho Diretor deste Instituto, em reuniões realizadas nos dias 26 de junho de 2025 e 10 de julho de 2025, processo administrativo nº SEI-070002/022215/2024.	
CONSIDERANDO:	
- que a Lei Estadual que dispõe sobre o quadro de pessoal do Instituto Estadual do Ambiente data de 2011 e, face ao tempo decorrido, torna-se necessária a correção de distorções identificadas;	
- que o Plano Estratégico referente ao triênio 2023-2025 contempla a iniciativa de adequar o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV); e	
- que um PCCV revisado facilita a gestão de carreira, o desenvolvimento profissional e a sucessão, criando caminhos claros para o crescimento dos colaboradores.	
RESOLVE:	
Art. 1º - Atualizar a comissão permanente de revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV), que será composta por representantes da Presidência, da Vice-Presidência, das Diretorias, da Associação dos Servidores do INEA (ASINEA) e do Sindicato dos Trabalhadores das Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiente (SINTSAMA), conforme a seguir: I - presidência: Lauro Souza Teixeira Alonso, id. funcional 4461415-2, como titular; e Ingrid Rosa do Espírito Santo, id. Funcional 4359385-2, como suplente; II - vice-Presidência: Carlos Alberto Couto da Silva Junior, id. funcional 4347782-8, como titular; e Mário Rogério Léste, id. Funcional 4347984-7, como suplente; III - diretoria Executiva e de Planejamento: Thaís da Costa Ferreira, id. funcional 4348059-4, como titular; e Vinícius Duarte Mendes, id. Funcional 4359517-0, como suplente; IV - diretoria de Licenciamento Ambiental: Máira Vieira Zani, id. funcional 4465325-5, como titular; e Fabiane Martins Borges Pizoni, id. Funcional 4347939-1, como suplente; V - diretoria de Pós-Licença e Fiscalização Ambiental: Natália Rodrigues Gomes, id. funcional 4366953-0, como titular; e Sandra Cristina Pinheiro da Silva, id. Funcional 4261467-8, como suplente; VI - diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas: Vanessa Conceição Coelho Teixeira, id. funcional 4374318-8, como titular; e Renata da Matta dos Santos, id. Funcional 4276575-7, como suplente; VII - diretoria de Recuperação Ambiental: Vanessa Guerra Peixoto, id. funcional 4461241-9, como titular; e Jorge Luiz Coutinho Marcucci, id. Funcional 5119043-5, como suplente; VIII - diretoria das Superintendências Regionais: Renato Stefani Massa, id. funcional 4348015-2, como titular; e Laila Huttner Bekai, id. Funcional 4462355-0, como suplente; IX - diretoria de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental: Milena Alves da Silva, id. funcional 4347968-5, como titular; e Rafael Barbosa Campos, id. Funcional 4461228-1, como suplente; X - associação dos Servidores do INEA (ASINEA): Décio da Silva Bastos Junior, id. funcional 2148286-1, como titular; e Washington de Oliveira Silva, id. Funcional 1934885-1, como suplente; e o XI - sindicato dos Trabalhadores das Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiente (SINTSAMA): Angela Guimaraes Chirol, id. Funcional 2145567-8, como titular; e Jose Pereira de Lima, id. Funcional 2145353-5, como suplente. Art. 2º - A Coordenação da Comissão ficará sob a responsabilidade da servidora Thaís da Costa Ferreira, id. funcional 4348059-4, que poderá ser substituída em suas ausências pelo servidor Vinícius Duarte Mendes, id. Funcional 4359517-0. Art. 3º - A Coordenadora da Comissão fica autorizada a solicitar a participação de outros profissionais deste Instituto ou de outros órgãos ou entidades que, por sua experiência nas diversas áreas abrangidas pelo estudo em pauta, possam contribuir para o aperfeiçoamento do trabalho. Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria INEA/PRES nº 610, de 10 de junho de 2015, publicada em 17 de junho de 2015.	
Rio de Janeiro, 17 de julho de 2025	
RENATO JORDÃO BUSSIERE Presidente	
Id: 2663265	
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE	
DESPACHO DO PRESIDENTE DE 17/07/2025	
PROCESSO Nº SEI-070002/025576/2024 - Em conformidade com o Decreto nº 48.244 de 04 de novembro de 2022 e atendendo as determinações da Resolução SECC nº 91 de 28 de março de 2023, nos termos e condições ajustados no Processo nº SEI-070002/025576/2024, o INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, RECONHECE dívida, em favor de Sônia Conceição Almeida de Albuquerque, beneficiária de Ricardo Ferreira de Albuquerque, ID 2148527-5, Técnico Ambiental, com o valor líquido a receber de R\$ 18.074,10 (dezoito mil e setenta e quatro reais e dez centavos), referente à conversão em pecúnia de 3 (três) meses de licença-prêmio não usufruídas, referentes ao período base 11/11/2018 a 09/11/2023, devido ao rompimento definitivo do vínculo funcional, por falecimento, em 30 de outubro de 2024.	
Id: 2663247	